programa final



# Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

## INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

IBGE 60 anos 1936-1996

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

## Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

## Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

## Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

## Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

## Coordenação Geral

Simon Schwartzman

## Comissões de Programa

### Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

### Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

## Comissão Organizadora

***Secretaria Executiva*** - Luisa Maria La Croix
***Secretaria Geral*** - Luciana Kanham
***Confege, Confest e Simpósio de Inovações***
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
***Jornada de Cursos*** - Carmen Feijó
***Finanças*** - Marise Maria Ferreira
***Comunicação Social*** - Micheline Christophe e Carlos Vieira
***Programação Visual*** - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
***Infra-Estrutura*** - Maria Helena Neves Pereira de Souza
**Atendimento aos Participantes** - Cristina Lins
***Apoio***
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

# O BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL
# 1947 / 1994

SUBSÍDIOS E REFLEXÕES PARA UMA ANÁLISE

*SYDNEY A. LATINI*
ECONOMISTA

## ANTECEDENTES

Foi apenas a partir do início deste século que o mundo tornou-se tão interdependente e as doenças econômicas tão contagiosas que os grandes agregados de dados estatísticos se tornaram imperativos na busca de soluções para esses males.

A intensidade da grande depressão dos anos trinta fortaleceu a convicção Keynesiana de que a adoção de uma política central - melhor do que apenas o livre jogo das forças do mercado - é necessária para curar as crises e despertou a atenção para a necessidade de medir a extensão do problema, a fim de resolvê-lo.

Assim como um homem de negócios, para decidir se aumenta a produção ou altera os preços, consulta os demonstrativos contábeis de sua empresa, também os responsáveis pela formulação das políticas econômicas devem analisar as chamadas contas nacionais dos países - os grandes agregados de dados estatísticos - para decidir se revalorizam as respectivas moedas; aliviam ou aumentam as restrições ao comércio exterior; ou embarcam num programa de estímulo aos investimentos nacionais ou estrangeiros.

Da mesma forma que o conceito de produto nacional é conhecido pelos economistas muito antes de sua mensuração sistemática, também o conceito de balanço de pagamentos é conhecido há séculos. Antes de ADAM SMITH, os mercantilistas já se preocupavam com os efeitos da balança comercial sobre a disponibilidade de ouro das nações.

No entanto, só quando os problemas de balanço de pagamentos se tornaram mais agudos e demonstrativos mais precisos se tornaram essenciais para a elaboração de diagnósticos confiáveis, é que ocorreu uma rápida evolução na sistemática de apuração e divulgação das estatísiticas de transações internacionais.

Os anos seguintes à Segunda Guerra Mundial caracterizam-se por profundas transformações nos padrões de comércio e pagamentos internacionais. Os governos estavam não apenas tentando soluções para problemas decorrentes da queda de reservas e da escassês de divisas como também necessitando de termômetros para aferir a severidade da debilitação que atingiu a economia mundial.

Enquanto em 1938 a Liga das Nações publicava demonstrativos de balanço de pagamentos de apenas 27 países, em 1955 65 países enviavam sistematicamente suas estimativas ao Fundo Monetário Internacional e hoje, praticamente todos os países (178) o fazem.

A evolução na contabilidade do balanço de pagamento tornou obsoleta sua própria designação. A expressão "balanço de pagamentos" foi usada originalmente porque o pensamento econômico associava

tradicionalmente as transações internacionais com o fluxo de moeda em espécie para pagá-los. Os mercantilistas acreditavam que os estoques de metais preciosos das nações eram os principais indicadores de sua riqueza. As oscilações em reservas de ouro e divisas constituem, até hoje, a principal preocupação dos leitores de balanços de pagamentos.

Mas os economistas se inteiraram de que movimentos às vezes associados a pagamentos em moeda nem sempre estão vinculados a movimentos de mercadorias (por exemplo, mercadorias podem ser emprestadas ou doadas, em vez de vendidas), e que, portanto, outros itens, além de movimentos monetários, são importantes para definir a posição econômica internacional de um país.

O chamado "balanço de pagamentos" passou a abranger todos esses itens, possíveis de apurar, e deveria ser mais adequadamente denominado "balanço das transações econômicas internacionais". Como é difícil romper com um velho hábito, continua-se a usar o termo "balanço de pagamentos".

Embora os demonstrativos de balanço de pagamentos tenham passado a ocupar um lugar de destaque nas contas nacionais sómente a partir da Segunda Guerra Mundial, eles já despertavam o interesse dos economistas durante os anos vinte e trinta. Desempenharam um papel muito importante nas discussões sobre a capacidade de pagamento da Alemanha, para fazer face às reparações de guerra, após a Primeira Guerra Mundial.

Mas o período crítico no panorama mundial de balanço de pagamentos teve início no final da Segunda Guerra Mundial. As exportações de muitos países foram temporariamente interompidas ou quasi interrompidas, as estruturas de seus investimentos internacionais foram alteradas, e o panorama do comércio internacional foi profundamente modificado.

A rapidez das transformações criou graves problemas relacionados com a regulamentação do comércio, do fluxo de moedas, do movimento de capitais e de taxas de câmbio. Novas agências internacionais, como as Comissões Econômicas das Nações Unidas (CEPAL e outras), o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional para Recostrução e Desenvolvimento (mais conhecido como Banco Mundial), o GATT (Acôrdo Geral para Comércio e Tarífas), que evoluiu para a Organização Mundial do Comércio, a Organização para a Cooperação Econômica Européia ( O.C.E.E) e a União Européia de Pagamentos - estas duas últimas, precursoras da União Européia (UE) - foram criadas para lidar com esse e outros problemas a eles relacionados.

Todas essas agências - bem como os governos nacionais - necessitavam de demonstrativos de balanço de pagamentos para uma avaliação adequada dos problemas com os quais tinham que lidar.

A elaboração desses demonstrativos passou a constituir exigência do Fundo Monetário Interancional - recem criado - aos seus países membros.

O seu Manual de Balanço de Pagamentos assim define balanço de pagamentos:

- "um registro sistemático de todas as transações econômicas, durante um período, entre residentes de um país e residentes de outros países, definidos como estrangeiros, por conveniência".

## A APURAÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS NO BRASIL

"Sómente em fins de 1946 se cogitou em nosso país de organizar um Balanço de Pagamentos.

A Superintendência da Moeda e do Crédito, instituída em 1945, delegou poderes ao Banco do Brasil, que, através da Carteira de Câmbio e da Fiscalização Bancária, iniciou seus trabalhos em princípios de 1947, entrando em contato com o Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, que já se vinha dedicando a êsses estudos desde outubro de 1946.

Graças aos esforços do Banco do Brasil e da Fundação pôde-se organizar, pela primeira vez, o Balanço de Pagamentos referente ao exercício de 1947".

Esse é o depoimento de mestre EUGÊNIO GUDIN em capítulo dedicado a Balanço de Pagamentos de seu livro mais famoso, "Princípios de Economia Monetária".

GULHERME AUGUSTO PEGURIER, funcionário do Banco do Brasil, incumbido da tarefa, explica a maneira como foi organizado, pela primeira vez, o nosso balanço de pagamentos e a interpretação de cada item, na "Revista Brasileira de Economia", de dezembro de 1948, em artigo intitulado "Balanço de Pagamentos do Brasil".

Em 1949, interpretando o momento político, social e econômico do país, naquele ano, um memorável documento das classes produtoras - a Carta de Araxá - registrava textualmente:

- "começamos a sair da fase puramente opinativa, quando não a da de palpites vagos e de críticas sem fundamento para a dos inquéritos, a de manuseio de dados estatísticos, a das pesquisas sérias e, afinal, para um conhecimento mais objetivo do quadro tão complexo de nossas realidades"; e recomendava:
- "a expansão e o aprofundamento das pesquisas econômicas e sociais, que devem merecer atenção dos governos, assim como das classes produtoras, para que se aparelhem cada vez melhor em face das responsabilidades que lhe tocam junto às empresas ou na colaboração com os Poderes Públicos".

Mas foi sómente a partir de 1952, com a criação do Setor de Balanço de Pagamentos, na SUMOC, cujo Diretor Executivo era o Dr. WALTHER MOREIRA SALLES, que foi projetada e implantada a

sistemática contínua de coleta e ajustamento de dados estatísticos de comércio exterior e câmbio, para elaborar as primeiras séries oficiais de balanço de pagamentos, de acordo com as normas do Fundo Monetário Internacional, divulgadas em 1948.

Foi designado para chefiar o Setor o companheiro que vos fala, requisitado do Banco do Brasil e que, para desempenhar a função, havia feito curso de especialização no Fundo Monetário Internacional e no Departamento de Comércio do Governo dos Estados Unidos, em Washington, no ano anterior (1951), oportunidade em que elaborou estimativa de balanço de pagamentos do Brasil, referente ao período de 1939 e 1946, usando fontes de informação disponíveis nos Estados Unidos.

Referida série foi divulgada pela primeira vez no estudo do economista EDWARD BERNSTEIN, "Inflation in Brazil", publicada no ano seguinte (1952).

Nesse mesmo ano, esses dados foram revistos por técnicos da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos e publicados, em 1953, pelo Institute of Inter-American Affairs, de Washington, no estudo "The development of Brazil".

Em 1986 o IBGE divulgou uma série de estimativas de balanços de pagamentos do Brasil, referente ao período 1930 / 1946, na publicação Estatísticas Históricas do Brasil (págs 535 a 545). Esse trabalho foi coordenado pelo economista GUSTAVO FRANCO (do Dep.

Economia da PUC-Rio), atual Diretor do Banco Central para a área externa, e dele participaram os economistas, LUIS A. CORREA DO LAGO, MARCELO DE PAIVA ABREU, WINSTON FRITSCH e LÚCIA ALVES MENDES (todos, tembém da PUC-Rio).

No entanto, como já foi mencionado, a apuração sistemática do balanço de pagamentos do Brasil só teve início apartir de 1952, retroagindo a 1947.

No próximo ano - 1996 - a série oficial de estimativas de balanço de pagamentos do país estará, portanto, completanto 50 anos. Até 1963, sua apuração era realizada pelo pioneiro Serviço de Balanço de Pagamentos da SUMOC; a partir de então, pela Divisão de Balanço de Pagamentos (DIBAP), primeiro, subordinada à SUMOC e, depois, ao Departamento Econômico do Banco Central.

Em dezembro de 1951, foi realizada na cidade do Panamá a "Conferência de Estatística de Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos", organizada, conjuntamente, pela ONU, pelo FMI e pelo Instituto Internacional de Estatística.

Representaram o Brasil, nessa Conferência, pelo Banco do Brasil, GUILHERME AUGUSTO PEGURIER e, pela Superintendência da Moeda e do Crédito, o companheiro que vos fala.

Balanço de Pagamentos era uma expressão pouco divulgada àquela época e muito menos sua definição e seus conceitos básicos.

Procurados pela imprensa local para falar sobre o evento, os representantes do Brasil foram indagados sobre o que significava balanço de pagamentos e qual a sua importância para os países.

Esforçaram-se para esclarecer os jornalistas, da melhor forma possível. No dia seguinte, um jornal panamenho assim definia balanço de pagamentos e sua importância: "É um documento exigido pelo Fundo Monetário Internacional aos países membros, como condição para lhes conceder empréstimos".

A imprecisão da definição não omitia, porém, a grande motivação para os países realizarem um esforço no sentido de apurar sistematicamente seus demonstrativos de balanço de pagamentos.

No Brasil, o balanço de pagamentos também só era mencionado num circulo reduzido de profissionais ou acadêmicos e pouco se sabia de suas principais características e de suas tendências, a não ser no que se refere às estatísticas de comércio exterior, cujos superávits ou déficits, não raro eram confundidos com os resultados do balanço de pagamentos.

Hoje, não passa um dia sem que os jornais, praticamente todos os jornais, o mencionem e que muitos procurem interpretá-lo e analisá-lo, revelando conhecimento razoavel de seus conceitos e de seus números.

Universidades e instituições de pesquisa acompanham sua evolução e publicações especializadas reservam grande espaço à sua análise e a prognósticos de seu comportamento.

Mas a preocupação com o conjuntural - com os resultados do exercício corrente e com suas consequências a mais curto prazo - têm relegado a plano secundário análises de maior profundidade, respaldadas por séries longas e os indispensáveis ajustamentos.

É compreensivel que assim o seja, uma vez que esse tipo de análise requer maior dedicação e maior disponibilidade de tempo e de recursos, nem sempre disponíveis, pelas equipes de pesquisas.

Não obstante, é preciso que se faça um esforço nesse sentido. Em 50 anos conseguimos aperfeiçoar a sistemática e a regularidade de apuração e divulgação das estatísticas relativas às transações econômicas do Brasil com o mundo, durante esse período, bem como ampliar a série para mais 15 anos ( a partir do ano emblemático de 1930).

Esse cinquentenário poderia ser condignamente comemorado com uma concentração de esforços das diversas equipes que se especializaram no decorrer do período, visando à elaboração de uma análise em profundidade das séries de balanço de pagamentos disponíveis.

O Banco Central e a Fundação Getúlio Vargas têm responsabilidades históricas, bem definidas, que justificam seu engajamento nessa tarefa. As instituições de pesquisa vinculadas às Universidades estão convocadas, por definição.

Adesões complementares seriam bem vindas, porque haveria tarefas para todos, tendo em vista a variedade e a complexidade dos aspectos a serem abordados.

A propósito, aliás, é oportuno lembrar que o IBGE, comemorando seus 60 anos de existência, está convidando especialistas de instituições científicas de pesquisa e das universidades, representantes de agências do governo, casas parlamentares, organizações não governamentais e sindicais, empresas e associações empresariais, os meios de comunicação e público em geral, para o encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, a realizar-se de 27 a 31 de março de 1996, no Rio de Janeiro.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, participamos da convicção de SIMON SCHWARTZMAN, Coordenador Geral do Encontro, que "seria o melhor ambiente de conversa e controvérsia em torno das prioridades e formatos das informações necessárias para fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político- administrativa do País".

De nossa parte, oferecemos, desde logo, modesta contribuição, a partir da série oficial de balanço de pagamentos, de 1947 a 1994, atualizada ao valor do poder aquisitivo do dólar, à cotação de 1994. A realização dessa tarefa tornou-se possível graças à colaboração da equipe do Departamento Econômico da Confederação Nacional do Comércio, chefiado pelo economista ALBERTO RIBEIRO, e do trabalhado paciente do economista JOSÉ BARROSO, que integra aquela equipe.

Um resumo desse demonstrativo foi distribuido aos senhores Conselheiros. As séries anuais foram agrupadas em seis períodos, entre 1947 e 1994 (ver desmontrativo), numa tentativa preliminar de evidenciar tendências dominantes, características de cada período.

Sem pretender relacionar todos os atos, fatos ou eventos que caracterizaram cada período, tentaremos a seguir destacar os mais relevantes, aqueles que, a nosso ver, determinaram as principais tendências de nosso balanço de pagamentos e que poderiam constituir o ponto de partida de um

## ROTEIRO PARA ANÁLISE

Com o fim da guerra, em 1945, e com o crescimento da demanda por importações - até então reprimida - houve acentuada queda das reservas cambiais. O governo foi obrigado a adotar um controle quantitativo de importações e promover a volta do monopólio de câmbio e do sistema de taxa única.

Em 1953 o controle quantitativo foi eliminado, com a introdução do sistema de leilões de câmbio. As importações passaram a ser classificadas em cinco categorias, com taxas específicas, fixadas através de leilões dos certificados emitidos para cada modalidade.

No governo JUSCELINO KUBITSCHEK, (a partir de 1956), em um cenário de maior abertura da economia brasileira - quando os investidores estrangeiros receberam incentivos para se associar ao capital nacional - , as categorias de câmbio de importação foram reduzidas a apenas duas: geral e especial. Na verdade havia uma tendência a se adotar uma única taxa de câmbio, baseada nas operações do mercado livre.

Mas a instabilidade política verificada no período 1961/64 redundou em retrocesso no processo de liberalização, com a adoção de medidas de restrição às importações.

Com a instituição do governo militar, em 1964, entrou em vigor o PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo que atuou no sentido de reduzir o déficit público; promover uma reforma tributária para fortalecer a arrecadação; praticar uma política monetária coerente com a estabilização de preços; fortalecer o sistema crediticio nacional, com profundas reformas no Sistema Financeiro do País. A estratégia adotada para a política cambial pretendia tanto induzir o setor exportador a diversificar o objetivo de sua atividade como estimular o ingresso de capitais estrangeiros no País. Essa política, mais realista frente à inflação - com a adoção das chamadas maxidesvalorizações - gerou, na

balança comercial, um saldo positivo que só seria revertido na década seguinte.

Entre 1968 e 1973, período chamado "milagre econômico", a economia brasileira cresceu, em média, 10% a.a., de acordo com um modelo caracterizado pela tentativa de integrar o país ao contexto mundial. A entrada de capitais externos atraidos por altas taxas de juros reais e uma política cambial mais favorável; o fantástico desempenho da balança comercial, (entre 1970 e 1973 as exportações aumentaram 126%), apoiado por uma política agressiva de subsídios e de natureza fiscal; e as constantes minidesvalorizações do período, foram fatores determinantes do crescimento da economia.

Um longo ciclo, que durou mais de três décadas - pois, na realidade, iniciou-se em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial e foi até 1973 - caracterizou-se pela chamada política de substituição de importações, que constituiu a base industrial de nossa economia, com seus reflexos sobre a composição das pautas de exportação e importação e, consequentemente, sobre o comportamento do balanço de pagamentos, em geral.

Essa fase encerrou-se abruptamente em 1973, quando ocorreu o primeiro choque do petróleo, com o súbito déficit na balança comercial, elevando-se a quase 5 bilhões de dólares, em 1974, resultante da alta dos preços do petróleo, no final de 1973, que acarretou uma recessão mundial no ano seguinte e gerou elevação dos preços das matérias-

primas e dos produtos industrializados, ocasionando um aumento significativo dos gastos do Brasil com importação.

Com isso houve um aumento expressivo das dívidas externa e interna, agravado pela alta da taxa de juros no mercado internacional, que dificultou a captação de recursos externos, criando problemas de balanço de pagamentos, que resultaram na desvalorização de 30% da taxa de câmbio, no final de 1979.

Em 1982 chegou-se à situação de insolvência da dívida externa e deu-se um recrudescimento da inflação que ocasionou um processo de desvalorizações constantes do cruzeiro, para que se estimulasse as exportações.

Em contrapartida, depois de grave recessão em 1983 (o PIB apresentou queda de 5%, com inflação recorde de 211,02%), as freqüentes políticas de desvalorização da moeda nacional e o aumento da demanda externa, proveniente de crescimento da economia norte-americana de 6,7% no ano, propiciaram extraordinário desempenho da balança comercial. O saldo recorde de US$ 13,1 bilhões em 1984, possibilitou recuperação da economia mas ocorreu, também, o retorno ao processo inflacionário.

A partir de 1986, seguem-se, o Plano Cruzado I, o Plano Cruzado II, o Plano Bresser, o Plano Verão, o Plano Collor, cujos impactos sobre a economia, de um modo geral, e mais especificamente sobre o balanço de pagamentos, impõem uma análise cuidadosa, porque constituem o

pano do fundo para as políticas que os sucederam e que culminaram com o Plano Real, em vigor.

A partir de 1992 inicia-se o ciclo da integração econômica ou da inserção competitiva no mercado internacional, registrando-se um aumento substancial da entrada de recursos externos no país. As reservas, no conceito de liquidez internacional, atingiram o montante de US$ 23,7 bilhões, em comparação com os US$ 9,4 bilhões registrados no ano anterior, o que agravou os problemas fiscais do governo, criando dificuldades para esterelizar o impacto dos recursos sobre a economia.

Em 1993, com a crise do México (principal captador de recursos externos) e a substancial elevação do nível real dos juros internos e dos preços das ações brasileiras no mercado, sensivelmente inferiores a seus valores patrimoniais, houve novo aumento da entrada de recursos estrangeiros, mas grande parte de caráter especulativo.

No ano seguinte, com o acúmulo de recursos estrangeiros, o governo utilizou parte das reservas (US$ 43,1 bilhões em junho de 1994), para lastrear a emissão da nova moeda (a URV, Unidade de Referência de Valor), criada no bojo do Plano Real.

## ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS

Se a elaboração do balanço de pagamentos passou a constituir uma exigência do Fundo Monetário Internacional, na década dos anos 40, para os países conseguirem empréstimos naquela instituição, como

ressaltava o jornal panamenho antes mencionando, pode-se afirmar que a cuidadosa elaboração, interpretação e análise desses agregados estatísticos tornou-se indispensável não apenas - e não tanto - para conseguir empréstimos no FMI mas, sobretudo, para dialogar com o FMI.

Esse diálogo tem-se tornado cada vez mais aberto, na medida em que se faz necessária a revisão de velhos conceitos ou sua adaptação à extraordinária dinâmica das transformações que caracterizam um mundo cada vez mais globalizado.

Talvez não seja exagero afirmar que as posições estão se invertendo. Hoje os países membros tendem a fazer mais exigências ao Fundo Monetário Internacional do que ceder às suas exigências.

Recentemente o Jornal do Brasil inicia um editorial, sob o título "Ironias da História", com o seguinte parágrafo:

> "Estará o Brasil na condição de emprestar dinheiro ao Fundo Monetário Internacional? Alguns funcionários do FMI acreditam que sim, desde que uma diplomacia "criativa" contribua para dobrar os recursos à disposição de uma linha de crédito conhecida como "Acordos Gerais de Empréstimo" (General Agreement to Borrow - GAB), hoje em torno de US$ 29 bilhões. Os tempos mudaram".

Na medida em que se tornam mais conhecidos os rumos das transações econômicas internacionais e mais evidente seu impacto sobre as economias nacionais, mais discutíveis parecem, também, certos conceitos.

É oportuno assinalar, aliás, que muito se deve à elaboração e divulgação das estatísticas de balanço de pagamentos a tomada de consciência de certos problemas e a formulação de certas políticas. Esse mérito deve ser atribuido ao Fundo Monetário Internacional, por haver exigido que seus países membros elaborassem, padronizadamente, aqueles demonstrativos e por divulgá-los amplamente, para que pudessem ser comparados.

Tal afirmação pode parecer paradoxal, face às notórias críticas que se faz àquela instituição, apontada, com frequência, como símbolo de dominação do capitalismo selvagem.

Inclino-me a admitir que o Fundo Monetário Internacional foi mais responsavel pela chamada política de substituição de importações, adotada principalmente pelos países em desenvolvimento da América Latina, destacando-se o Brasil, do que a CEPAL, instituição à qual se costuma "culpar" pela febre nacionalista que dominou aqueles países, durante, pelo menos, três décadas.

Nessa ordem de idéias, permito-me tecer algumas considerações sobre certos conceitos básicos em balanço de pagamentos.

O conceito de _residente_, por exemplo, é fundamental para a elaboração e interpretação do balanço de pagamentos.

Os primeiros manuais de Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional, consideravam residência ou domicílio de uma pessôa física ou jurídica o país onde está o seu "centro de interesse".

Acontece que nem sempre é tão simples caracterizar onde está o centro de interesse de uma empresa.

Com a tendência à formação de blocos regionais (União Européia, NAFTA E MERCOSUL) e à globalização da economia, cada vez mais estimulada pelo progresso tecnológico na área da comunicação eletrônica - a era da INTERNET - o conceito de residência tende, também, a se adaptar a novas circunstâncias. A multinacionalização das empresas, acelerada por essas tendências, tem colocado em evidência a discussão do conceito de residência, suas nuances e sua flexibilização.

A Constituição brasileira de 1988, ora em processo de acentuada revisão, trouxe à baila a distinção entre empresa nacional de capital nacional e empresa nacional de capital estrangeiro, numa tentativa de conciliar o conceito jurídico de empresa nacional com o propósito de fortalecer a empresa de capital nacional. Embora essa distinção tenha sido excluida da Constituição, por recente reforma desse dispositivo, nada impede que a legislação ordinária ou, até mesmo simples diretrizes na formulação de políticas, continuem estabelecendo tratamento

diferenciado a essas empresas, que poderão refletir suas consequências sobre o balanço de pagamentos.

Recentemente, países da União Européia pretenderam estabelecer quotas para a importação de automóveis produzidos na Grã-Bretanha por subdiária britânicas de empresas cujas matrizes se encontram no Japão. Embora produzidos na Grã-Bretanha esses veículos foram considerados japoneses. Como se traduziriam tais conceitos, em termos de balanço de pagamentos regionais?

Um dos principais indicadores da posição do balanço de pagamentos de um país é o montante de suas reservas internacionais em ouro e divisas, e a direção em que estão se movimentando.

As reservas devem fazer face a possíveis insuficiências de recursos em moeda estrangeira, obteníveis através de transações normais, para atender a seus pagamentos internacionais.

O nível mínimo adequado de reservas difere para países diferentes, dependendo de fatores como o nível de participação no comércio internacional, a probabilidade de flutuações frequentes nas relações de troca, bem como a rigidez e diversificação de sua pauta, tanto de importação como de exportação.

Apesar do reconhecimento geral de sua importância na economia dos países, não se formou, ainda, um consenso sobre que ativos devem ser considerados na composição das reservas.

De acordo com as regras do Fundo Monetário Internacional,

- "As reservas de um país membro são constituídas pela quantidade de ouro; pelos ativos em moedas conversíveis de outros países e de moedas de países não membros, especificados pelo Fundo - de propriedade do governo".

As regras do FMI estabelecem, também, que as obrigações em moedas junto a instituições financeiras de outros países, devem ser deduzidas das reservas.

Mas os economistas, para fins de análise de balanço de pagamentos, nem sempre interpretam essa definição ao pé da letra. Mais frequentemente, considera-se reservas de um país, em ouro e divisas, os ativos líquidos, prontamente disponíveis, para a liquidação de transações econômicas internacionais, pelas autoridades monetárias.

Como certos ativos são mais líquidos do que outros, a definição de reservas é relativa, e a inclusão ou exclusão de um item particular depende dos objetivos que se tem em vista, mais do que de critérios rígidos.

Essas considerações sugerem análise cuidadosa de valores, muitas vezes considerados como reservas internacionais, sem levar em conta fatores como sua volatilidade, em função de práticas especulativas no mercado cambial e no mercado financeiro.

Economistas e estatísticos muitas vezes se inclinam a medir o saldo ou o déficit do balanço de pagamentos de um país considerando o movimento de suas reservas internacionais (qualquer que seja sua definição), como um item residual, afetado pelo movimento em todas as outras contas.

Assim, o superávit ou o déficit resultantes não indicam tendências explícitas de fortalecimento ou enfraquecimento da posição de reservas de um país.

Da mesma forma, o ingresso de capitais que se prevalecem de uma determinada conjuntura para auferir lucros especulativos em aplicações financeiras ou no mercado de ações ("hot money" ou "smart money") , não pode ser considerado, para efeito de análise de balanço de pagamentos, em igualdade de condição com investimentos na produção (investimentos diretos) ou em infra-estrutura (financiamento de longo prazo).

É, pelo menos, imprudente considerar-se superavitário o balanço de pagamentos de um país, se o aumento persistente de suas reservas decorre substancialmente de assistência ou empréstimos, bem como do ingresso tolerado de capital especulativo, com o único ou principal objetivo de fortalecer essas reservas.

Considera-se em fraca posição de balanço de pagamentos o país que, embora com seus negócios em franca prosperidade e com ampla liberdade para seus residentes realizarem transações internacionais,

apresente uma tendência persistente a peder reservas. Entre todas as condições e variáveis implícitas nesta definição, sómente a perda de reservas pode ser percebida nas contas de balanço de pagamentos.

Com uma política fiscal e monetária deflacionária, o governo pode reduzir a perda de reservas às expensas do emprego e da estabilidade industrial. Diminui-se o déficit de balanço de pagamentos mas surgem outros males. Dificilmente pode-se afirmar que o problema básico foi resolvido.

Um persistente déficit orçamentário do governo pode determinar o enfraquecimento da posição de balanço de pagamentos. A expansão monetária para cobrir o excecesso de despesas pode determinar a elevação de preços, um dissuasório para os compradores do exterior, que se refletirá na queda das exportações.

Da mesma forma, preços relativamente mais baixos no exterior estimularão importações. É provavel que as reservas caiam ou que sejam utilizados outros financiamentos compensatórios, registrando-se déficit de balanço de pagamentos. Se a inflação é reprimida pela utilização de mecanismos de controle de preços e racionamento, a perda de reservas pode ser contida, evitando-se o déficit de balanço de pagamentos, mas o problema não foi resolvido. Revestiu-se de outra forma - o racionamento - que também é indesejável.

Assim, há uma variedade de meios através dos quais os balanços de pagamentos podem se apresentar superavitários, mas sem que se

consiga solucionar os problemas subjacentes, causando ao contrário, impactos indesejáveis em outras esferas da vida econômica.

Uma análise da posição econômica internacional de um país, envolve, portanto, não apenas o estudo dos demonstrativos de balanço de pagamentos com uma sensata interpretação de todos os movimentos que ele reflete, mas também o exame da legislação de câmbio e comércio exterior, de suas contas de renda e produto, de suas políticas fiscal, monetária e de crédito, dos movimentos de preços, das estatísticas de desemprego e outras variáveis de importância econômica.

(PALESTRA PROFERIDA NO CONSELHO TÉCNICO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1995)

## FONTES CONSULTADAS:

1. ECONOMIC ACCOUNTING - John P. Powelson - Mc Graw Hill Book Company, Inc - New York, Toronto, London - 1955;
2. THE BALANCE OF PAYMENTS - J.E. Mead - Oxford University Press - London, New York, Toronto - 1951;
3. MANUAL DE BALANÇO DE PAGAMENTOS - Fundo Monetário Internacional - Quarta Edição - Washington, D.C - 1977;
4. PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA (I) - Eugênio Gudin - Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro (RJ) - 1954;
5. CÂMBIO - Séries Históricas - Andima - Rio de Janeiro - Outubro de 1994;
6. A DINÂMICA DO COMÉRCIO EXTERIOR - Roberto Gianetti da Fonseca - In Anais do Seminário "Aspectos Jurídicos e Econômicos do Comércio Exterior " - Campinas (SP) - Maio de 1995;
7. BANCO CENTRAL DO BRASIL - Divisão de Balanço de Pagamentos (DIBAP) - Série de Balanço de Pagamentos do Brasil - 1947/1994;
8. MEMÓRIA DO DEPARTAMENTO ECONÔMICO (1947-1993) - Boletim do Banco Central do Brasil - Suplemento (Vol. 30 - nº 9 - Setembro 1994);
9. CARTA DE ARAXÁ - Conferência das Classes Produtoras (II CONCLAP) - Araxá (MG) 1949;
10. CONFERÊNCIA DE ESTATÍSTICA DO COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS - Relatório apresentado ao Presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, e ao Diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), Walther Moreira Salles, pelos funcionários Guilherme Augusto Pegurier, representante do Banco do Brasil S.A e Sydney Alberto Latini, representante da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) - Cidade do Panamá (3 a 15 de dezembro de 1951 - Rio de Janeiro, Fevereiro de 1952;
11. ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL - Vol. 3 - IBGE - Rio de Janeiro (RJ) - 1986;
12. THE DEVELOPMENT OF BRAZIL - Institute of Inter-American Affairs - Washington (D.C) - 1953;
13. A ESTRUTURA DO COMÉRCIO MUNDIAL E ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL NO APÓS GUERRA - Sydney A. Latini - Conferência na Escola Superior de Guerra - Rio de Janeiro (RJ) - 1957;
14. IRONIAS DA HISTÓRIA - Jornal do Brasil - Rio de Janeiro (RJ) - 1995;
15. ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITÓRIAIS - ( a realizar-se de 27 a 31 de maio de 1996, no Rio de Janeiro ) - Setembro de 1995 - Comunicado do IBGE.

# BRASIL
## BALANÇO DE PAGAMENTOS
## (1947 / 1994)

Em US$ milhões correntes

| | 1947/1955 | 1956/1964 | 1965/1969 | 1970/1979 | 1980/1989 | 1990/1994 (jan/set) | 1947/1994 (jan/set) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| A - BALANÇA COMERCIAL | 1.660 | 1.138 | 1.650 | -14.597 | 85.984 | 60.767 | 136.602 |
| Exportação | 12.503 | 12.127 | 9.183 | 82.605 | 254.887 | 169.894 | 541.199 |
| Importação | 10.843 | 10.989 | 7.533 | 97.202 | 168.903 | 109.127 | 404.597 |
| B - SERVIÇOS | -2.851 | -3.085 | -2.538 | -32.214 | -136.684 | -65.033 | -242.405 |
| Receita | 717 | 1.304 | 982 | 12.948 | 32.269 | 22.678 | 70.898 |
| Despesa | 3.568 | 4.389 | 3.520 | 45.162 | 168.953 | 87.711 | 313.303 |
| C - MERCADORIAS E SERVIÇOS (A+B) | -1.191 | -1.947 | -888 | -46.811 | -50.700 | -4.266 | -105.803 |
| D - TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS | -69 | 118 | 284 | 159 | 1.282 | 8.208 | 9.982 |
| E - TRANSAÇÕES CORRENTES (C+D) | -1.260 | -1.829 | -604 | -46.652 | -49.418 | 3.942 | -95.821 |
| F - CAPITAIS | -110 | 1.327 | 1.557 | 53.726 | 42.452 | 40.770 | 139.812 |
| Investimentos e reinvestimentos | 150 | 800 | 458 | 9.364 | 15.547 | 17.227 | 43.546 |
| Empréstimos e Financiamentos | 419 | 3.085 | 3.007 | 66.322 | 151.570 | 104.394 | 328.797 |
| Amortizações | -681 | -2.825 | -2.075 | -27.245 | -123.227 | -82.247 | -238.300 |
| Outros | 2 | 267 | 125 | 77 | -1.348 | 1.396 | 5.769 |
| G - ERROS E OMISSÕES | 66 | -772 | -133 | -398 | -4.155 | -2.182 | -7.574 |
| SUPERAVIT(+) ou DÉFICIT(-)(E+G+F) | -1.304 | 1.274 | -820 | 6.676 | -11.031 | 42.530 | 36.417 |
| DEMONSTRATIVO DE RESULTADO | 1.304 | -1.274 | 820 | -6.676 | 11.031 | -42.530 | -36.417 |
| Atrasados Comerciais | -78 | 234 | -234 | 0 | 4.028 | -3.193 | 757 |
| Operações de Regularização | 865 | 863 | 214 | -327 | 0 | 0 | 1.615 |
| FMI | 66 | 72 | -64 | -327 | 3.701 | -2.339 | -253 |
| Eximbank | 345 | 365 | 6 | 0 | 0 | 0 | 716 |
| Outras | 454 | 426 | 272 | 0 | 0 | 0 | 1.152 |
| Haveres a curto prazo (aumento -) | 23 | -207 | -621 | -8.698 | 1.528 | -35.368 | -43.343 |
| Obrigações a curto prazo (redução +) | 464 | 151 | -225 | 2.368 | 1.774 | -1.630 | 4.264 |
| Ouro Monetário (aumento -) | 30 | 233 | 46 | -19 | 0 | 0 | 290 |

Fontes: BANCO CENTRAL DO BRASIL (DEPEC/DIBAP) BRASÍLIA (DF)
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO - Departamento Econômico - Rio de Janeiro (RJ)

# BRASIL
# BALANÇO DE PAGAMENTOS
# (1947 / 1994)

Em US$ milhões de 1994

| | 1947/1955 | 1956/1964 | 1965/1969 | 1970/1979 | 1980/1989 | 1990/1994 (jan/set) | 1947/1994 (jan/set) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| A - BALANÇA COMERCIAL | 6.098 | 3.768 | 5.120 | -28.839 | 98.140 | 62.113 | 146.400 |
| Exportação | 45.155 | 39.743 | 27.940 | 161.744 | 299.856 | 173.616 | 748.055 |
| Importação | 39.057 | 35.975 | 22.821 | 190.583 | 201.716 | 111.503 | 601.654 |
| B - SERVIÇOS | -10.272 | -10.109 | -7.708 | -60.976 | -161.460 | -66.570 | -317.095 |
| Receita | 2.589 | 4.274 | 2.980 | 25.198 | 38.159 | 23.213 | 96.413 |
| Despesa | 12.861 | 14.384 | 10.688 | 86.174 | 199.619 | 89.783 | 413.508 |
| C - MERCADORIAS E SERVIÇOS (A+B) | -4.174 | -6.341 | -2.589 | -89.815 | -63.319 | -4.456 | -170.694 |
| D - TRANSFERÊNCIA UNILATERAIS | -256 | 382 | 878 | 323 | -6.454 | 8.375 | 11.218 |
| E - TRANSAÇÕES CORRENTES (C+D) | -4.430 | -5.959 | -1.711 | -89.491 | -60.488 | 3.919 | -159.476 |
| F - CAPITAIS | -431 | 4.351 | 4.588 | 105.782 | 55.720 | 41.289 | 208.255 |
| Investimentos e reinvestimentos | 551 | 2.622 | 1.383 | 17.752 | 18.498 | 17.426 | 58.231 |
| Empréstimos e Financiamentos | 1.506 | 10.090 | 9.075 | 129.377 | 178.156 | 105.643 | 433.847 |
| Amortizações | -2.483 | -9.235 | -6.307 | -51.681 | -142.308 | -83.194 | -295.207 |
| Outros | 130 | 873 | 437 | 10.334 | -1.670 | 1.415 | 11.383 |
| G - ERROS E OMISSÕES | 227 | -2.522 | -406 | -95 | -4.863 | -2.214 | -9.874 |
| SUPERAVIT(+) ou DÉFICIT(-)(E+G+F) | -4.634 | -4.130 | 2.470 | 16.195 | -13.991 | 42.994 | 38.904 |
| DEMONSTRATIVO DE RESULTADO | 4.634 | 4.130 | -2.470 | -16.195 | 13.991 | -42.994 | -38.904 |
| Atrasados Comerciais | -281 | 762 | -751 | 0 | 4.628 | -3.021 | 1.337 |
| Operações de Regularização | 3.094 | 2.809 | 704 | -863 | 0 | 0 | 5.743 |
| FMI | 244 | 232 | -191 | -863 | 0 | 0 | -579 |
| Eximbank | 1.215 | 1.189 | 20 | 0 | 0 | 0 | 2.424 |
| Outras | 1.636 | 1.388 | 876 | 0 | 0 | 0 | -3.899 |
| Haveres a curto prazo (aumento -) | 6 | 693 | -1.847 | -20.393 | 2.803 | -35.895 | -56.019 |
| Obrigações a curto prazo (redução +) | 1.705 | 494 | -722 | 5.101 | 2.014 | -1.675 | 9.059 |
| Ouro Monetário (aumento -) | 110 | 759 | 146 | -39 | 0 | 0 | 976 |

Fontes: BANCO CENTRAL DO BRASIL (DEPEC/DIBAP) BRASÍLIA (DF)
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO - Departamento Econômico - Rio de Janeiro (RJ)